



A CRIAÇÃO DA CRECHE COMUNITÁRIA DO BAIRRO DONA ZULMIRA À LUZ DA GESTÃO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA EM UBERLÂNDIA (MG) (1986-1990)

Naiana Rúbia Rezende Tavares¹
Sauloéber Târsio de Souza²;
Laura de Oliveira³;

1. INTRODUÇÃO

Este resumo traz reflexões sobre o processo de criação da Creche Comunitária do bairro Dona Zulmira, no município de Uberlândia (MG), entre os anos de 1986 a 1990. Trata-se de uma problemática histórica que se insere no escopo de uma pesquisa mais ampla em andamento, vinculada à linha: História e Historiografia da Educação e inserida ao programa da Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Segundo Nosella e Buffa (2009), os estudos sobre Instituições Escolares representam um tema de pesquisa significativo entre educadores. Desta forma, as pesquisas sobre as mais variadas instituições escolares espalhadas pelo país concluíram que as instituições mais antigas e, socialmente, mais prestigiadas são as mais estudadas. Portanto, a justificativa para a investigação proposta fundamenta-se na carência de estudos acerca de Instituições Comunitárias, pois de acordo com Nosella e Buffa (2009, p. 20): “As escolas de formação para o trabalho e as mais modestas destinadas à população carente, como escolas comunitárias ou de caráter assistencial, estão pouco representadas”.

Nesta perspectiva, Saviani (2013) também contribui com a discussão ao ressaltar a importância do estudo das Instituições Escolares para a História da Educação brasileira, destacando que, por seu caráter duradouro, elas possuem uma trajetória que precisa ser conhecida, pois são criações humanas concebidas para atender necessidades sociais e destinadas a permanecer no tempo. Por isso, torna-se igualmente relevante investigar

¹Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: profnaianar@gmail.com

² Graduado e Mestre em História (UNESP-Franca), Doutor em Educação (UNICAMP) e Estágio Pós-doutoral em História (UNIFESP). Professor do Instituto de História e dos Programas de Pós-Graduação em Educação e do ProfHistória (UFU). Membro do NEPHE (Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação), da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e da ANPUH-Minas Gerais. Coordenador do NEPFE-ICHPO (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos da Educação) e da DIPAE-PROAE (Divisão de Promoção de Igualdades e Apoio Educacional). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9797-341X>. E-mail: sauloeber@gmail.com

³ Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação pela UFU. Email: laura04oliveira@ufu.br





instituições comunitárias, já que estas também expressam necessidades coletivas e desempenham papel fundamental na construção da história educacional.

Ao compreender a história da criação da Creche Comunitária do bairro Dona Zulmira, à luz da gestão da democracia participativa em Uberlândia - MG, entre os anos de 1986 a 1990, busca-se preservar, não apenas, a memória de uma instituição educativa, mas também aprofundar conhecimentos, de forma mais ampla, dos contextos históricos e sociais que moldaram a Educação Infantil no Brasil. Desta forma, a pesquisa ressalta a relevância de documentar e analisar a história, promovendo um diálogo entre o passado e o presente, e permitindo que possamos aprender com as experiências acumuladas ao longo dos anos.

Nesta perspectiva, torna-se pertinente investigar a problemática, partindo do seguinte questionamento: qual o impacto da criação de uma Creche Comunitária para o município de Uberlândia e, especialmente, no então, denominado bairro Dona Zulmira, tido naquela época como um bairro pobre da periferia, uma vez que esta iniciou suas atividades de forma muito modesta em suas estruturas físicas, mobiliárias e pedagógicas?

Do ponto de vista de Magalhães (1996, p. 2):

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro da evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico.

Neste contexto, o objetivo geral deste artigo propõe investigar a origem da Creche Comunitária do bairro Dona Zulmira, com ênfase no processo de construção da Associação dos Moradores do bairro Dona Zulmira (Ambazu). Esse processo de construção se insere no contexto mais amplo de formulações das políticas públicas voltadas à gestão do município de Uberlândia, do então prefeito Zaire Rezende.

E tem como objetivos específicos: contribuir para a discussão da História da Educação Infantil no município de Uberlândia; analisar o processo de criação da Creche Comunitária à luz das políticas públicas do município de Uberlândia; preservar a memória dos sujeitos que lutaram por estabelecer essa instituição.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, em uma abordagem qualitativa, tendo como método a História Oral, apoiada pelos referenciais da História Cultural. Segundo Meihy (1996, p. 15), a História Oral é "um moderno recurso utilizado para o registro de





documentos referentes à experiência social de grupos e pessoas"; ele enfatiza que "a presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral", que não apenas revisita o passado, mas também confere sentido social à vida dos depoentes e leitores.

A pesquisa bibliográfica foi embasada na leitura de textos e obras de teóricos que abordam a temática, adotou-se o referencial teórico em conceitos relacionados à História da Educação Infantil em Uberlândia, tal como a política da chamada democracia participativa, no período entre 1983 e 1988, além de legislações pertinentes às políticas públicas voltadas à infância nas esferas federal, estadual e municipal. Os principais autores que foram discutidos na pesquisa foram: Carrijo (2005); Dantas (1996); Ferreira (2010); Kramer (1984); Lima (1988); Magalhães (1996); Meihy (1996); Nosella e Buffa (2006, 2009).

A pesquisa documental embasou-se nos documentos oficiais, registros do arquivo da então Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social (SMTAS).

Os procedimentos utilizados para coleta de dados foram obtidos pelos resultados das entrevistas semiestruturadas, com pessoas que fizeram parte da história da instituição, no período do recorte temporal da pesquisa, 1986-1990. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com participantes que atuavam como presidentes da Ambazu na instituição no período do recorte temporal. As entrevistas aconteceram de forma presencialmente na residência dos participantes seguindo as normas éticas da Plataforma Brasil.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estimuladas pelo governo municipal, via Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social (SMTAS), e formadas, em geral, por membros de comunidades que desejavam melhorar o espaço onde habitavam, as associações representativas foram originadas, na maioria, por motivação política. De maneira que, quando o bairro não tinha associação de moradores, a Prefeitura se encarregava de induzir à criação de uma, destaca Ferreira (2010).

Essa informação colabora com o relato do primeiro presidente da Associação dos Moradores do bairro Dona Zulmira (Ambazu), identificado na pesquisa como P1, o qual se mostra orgulhoso por ter participado da implementação dos primeiros equipamentos públicos feitas no bairro durante gestão de Zaire Rezende, que assim relata: "Eu recebi o convite em 1985 para assumir a presidência da associação aqui do bairro Dona Zulmira porque eu era morador do bairro, o Zaire me procurou dizendo que precisava de mim para fazer as melhorias no bairro".

Neste cenário, entende-se que Zaire Rezende trouxe como bandeira o princípio da "Democracia Participativa", que segundo Dantas (1996), apresenta-se como um modelo de





gestão política que valoriza a participação direta dos cidadãos nas decisões públicas, por meio de instrumentos como conselhos populares, associações de bairros e audiências públicas. De forma que, sua proposta buscou implementar mudanças e investimentos no campo social, com destaque à educação, tendo como parceiras as associações de bairros.

Conforme Ferreira (2010) fundamenta, a implantação de Creches Comunitárias em Uberlândia, foram inseridas na política pública do então prefeito Zaire Rezende, chamada “Democracia Participativa” entre os anos 1983 e 1988. Esse intervalo de tempo foi marcado por transformações decorrentes da redemocratização política do país, com impactos significativos no âmbito local. A descentralização das decisões da gestão pública promovia a conscientização comunitária sobre a responsabilidade que facilitava a conquista de direitos sociais.

Em vista disso, Ferreira (2010) acrescenta também que a maioria das associações comunitárias surgiram por uma necessidade do poder público municipal que em parceria dessas entidades pudessem realizar obras e oferecer serviços públicos obrigatórios por leis, a população dessas regiões mais carentes de Uberlândia.

Portanto, foi nessa perspectiva que a Ambazu, como quase todas as associações de moradores de Uberlândia foi fundada, sob a orientação da Prefeitura, em 13 de agosto de 1985. Em função da orientação a que foi submetida pelo poder local, possui toda a documentação necessária para que possa ser reconhecida legalmente, como registro em cartório, estatuto e Atas registradas na prefeitura (Lima, 1988).

Segundo Lima (1988), uma análise mais detalhada da documentação da Ambazu revela que a associação era constantemente monitorada pelo poder público, que, em diversos momentos, busca influenciar e direcionar suas atividades.

Segundo Lima (1988, p. 30):

Reunimos com Terezinha e Wadete da Ação Social na qual tratamos sobre a creche comunitária: é aquela que toda comunidade trabalha pela creche para que seja dada melhor condição para as crianças que necessitam mesmo dessa creche (...). Nesta, estivemos também a prestar esclarecimentos sobre o atendimento do posto de saúde pelo DR. Aluisio e Dr^a Teresa (Ata de Reunião, 07-05-1986).

Desta forma, Lima (1988, p. 30-31), salienta: “Percebe-se que a creche não deverá funcionar como desejarem e necessitarem os moradores do bairro, mas, sim, seguindo os parâmetros estabelecidos por representantes da prefeitura (funcionários da Ação social)”.

Prosseguindo, a análise dos dados obtidos, neste caso, pela Ata (20-06-1987), quando se refere à reunião de mães, entende-se que:





Reunião de mães: Juntamente com a associação e com presença da técnica Valdete; E com os seguintes assuntos: mudança da creche, aumento da mensalidade das crianças, hora de funcionamento; sobre o uniforme das crianças e entrada da nova cozinha [...]. (Ata 20-06-1987).

No que se refere à creche, nota-se uma forte influência do poder público sobre o funcionamento da associação, já que as atas enfatizam principalmente sua criação e gestão. Na prática, a Ambazu opera frequentemente sob a orientação da Prefeitura, o que limita a autonomia defendida por seus membros (Lima, 1988). Assim, conclui-se que a criação da Creche Comunitária no bairro Dona Zulmira foi resultado de reuniões promovidas pela Ambazu, com participação de representante da Prefeitura, em especial da SMTAS, a fim de direcionar a abertura e o funcionamento da creche.

Analisando o Projeto Político Pedagógico (PPP) (2022, p. 4), da Escola Municipal de Educação Diretora Maristela Gomes de Souza:

A Escola Municipal de Educação Infantil “Jean Piaget” foi idealizada e criada por pessoas da comunidade, funcionando como creche comunitária na Rua do Ouro, no Bairro Dona Zulmira em prédio alugado, sendo mantida pela Associação de Moradores do Bairro Dona Zulmira.

De acordo com o texto a referida instituição começou a funcionar nesse contexto: “em prédio alugado, sendo mantida pela Associação de Moradores do Bairro Dona Zulmira”. O que tudo indica, o local era inapropriado para o atendimento de crianças, pois de acordo com a pesquisa de Lima (1988, p. 32) “as reuniões da associação muitas vezes são realizadas na creche, local inadequado devido ao pequeno espaço” (p. 32).

Nesse sentido, o P1 colabora com a discussão afirmando que:

Pediram pra gente conseguir uma casa para funcionar a creche. Conseguimos alugar uma casa bem simples na Rua Diábase, que inclusive era do meu vizinho, com os cômodos muito pequeninhos. Mas foi o que achou na época. Mas tivemos que mudar de lá porque já não estava cabendo mais as crianças.

Nesse contexto, em condições bastante precárias, a Creche Comunitária do bairro Dona Zulmira iniciou suas atividades, sendo oficialmente registrada em 1986 pela Ambazu, com o apoio e subsídios fornecidos pelo Poder Público Municipal através da SMTAS. Seu propósito era oferecer assistência a crianças carentes de 0 a 6 anos de idade, tendo a sua primeira sede localizada na Rua Diábase, onde permaneceu, por aproximadamente, um ano. Em 1987 foi transferida para a Rua Safira e, posteriormente, para a Rua do Ouro, ambos endereços situados no bairro Dona Zulmira. Em setembro de 1990, a Creche transferiu-se para um prédio próprio





doado pela Prefeitura, oferecendo uma melhor condição de atendimento, situado na Rua dos Tamborins, número 75, onde hoje funciona a EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza¹.

Apesar da Creche Comunitária do bairro Dona Zulmira ter começado os seus trabalhos de forma simples e modesta, conforme surgiam novas leis, suas condições foram melhorando progressivamente. A Constituição Federal de 1988 garantiu, pela primeira vez, o acesso à educação para a criança pequena, marco importante para a Educação Infantil, reafirmado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº. 8.069/90. Nesse sentido, a Lei Orgânica do Município de Uberlândia, de 1990, regulamentou o atendimento às crianças de 0 a 6 anos, alinhada às disposições da Carta Magna. A partir desse contexto, começou-se a estudar de forma mais significativa a questão do atendimento nas creches, visto que as novas leis tornavam relevantes a necessidade de que o trabalho realizado nas unidades tivesse não só um caráter assistencial, mas, especialmente, educativo, cuja responsabilidade deveria ser assumida pela instância pública municipal, o que demonstra o papel e a importância das políticas de Educação Infantil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos pontos negativos, pode-se afirmar que o período da gestão da Democracia Participativa teve seus limites, avanços e contradições, mas foi importante, pois possibilitou a conscientização da população sobre a oferta de serviços educacionais, especialmente a disponibilização e ampliação de creches para crianças menores de 6 anos de idade.

Vale destacar que essa proposta foi relevante para boa parte da população, pois permitiu que segmentos populares se organizassem e constituíssem uma quantidade relevante de creches nos bairros periféricos. Logo, a criação da Ambazu, mesmo sob orientação do Poder Público Municipal, foi importante para a criação da Creche Comunitária.

Conclui-se que a criação da Creche Comunitária do bairro Dona Zulmira foi fruto dos esforços da comunidade local. Tendo em vista que o bairro era extremamente precário e carente de equipamentos públicos. Observa-se que a creche começou os seus trabalhos de forma modesta e se consolidou como uma instituição de grande relevância para a população em situação de vulnerabilidade social da região. Com a conquista de uma sede própria, a instituição

¹ Ressalta-se que, em 2022, a escola passou a ser denominada EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza, através da Lei Complementar nº 735, que alterou a nº 382 a qual oficializou a Instituição como uma escola em 2004, recebendo o nome de EMEI Jean Piaget.





deu um passo significativo em direção à ampliação e qualificação do atendimento prestado às crianças.

Mesmo inserida, até então, em um contexto predominantemente assistencialista, anterior à adequação às diretrizes da LDB, a instituição já exercia um papel essencial na comunidade local. Atuava no acolhimento de crianças em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para que suas famílias, especialmente as mães, pudessem trabalhar com maior tranquilidade. Neste sentido, a criação da Creche na Comunidade do bairro Dona Zulmira representou um marco fundamental para o desenvolvimento local, constituindo-se como uma alternativa essencial para muitas famílias em situação de vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 18 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 18 ago. 2025.

DANTAS, S. M. Uberlândia- **Terra fértil para novas semeaduras: a experiência da Democracia Participativa (1983-1988)**. 1996. Monografia (Graduação em História) - Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

FERREIRA, V. **Creches Comunitárias e Democracia Participativa: Novas Perspectivas à Infância Uberlandense (1983-1988)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

LIMA, S. C. **Urbanização e Associação de Moradores do Bairro Dona Zulmira em Uberlândia – no período de 1979 à 1988**. 1988. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1988.

MEIHY, J. C. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996

NOSELLA, P.; BUFFA, E. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas: Alínea, 2009

SAVIANI, D. **Aberturas para a história da educação: do debate teórico metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2013.

UBERLÂNDIA. **Lei Orgânica do Município**. Uberlândia, 1990.





III SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUANDAS(OS) SOBRE ESTUDOS E PESQUISAS EM HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO: A memória como fonte para a História e Historiografia da Educação

